

# Informe APUB

Seção Sindical do ANDES-SN

Informativo dos Professores Universitários da Bahia - nº28 Maio de 2003



## EDITORIAL

Cinco meses. Neste curto período, a nova diretoria da APUB, empossada em dezembro de 2002, reabilitou a forma combativa e responsável de luta sindical que caracterizou historicamente a APUB-SSIND, tanto no âmbito administrativo quanto político. Para fazer frente à grave situação financeira em que se encontrava a APUB-SSIND, foi necessário disciplinar gastos e levar questões às assembleias como a da Farmácia, que vinha representando um pesado ônus ao sindicato. Em relação ao plano de saúde, os esforços foram envidados para garantir-lhe autonomia administrativa, evitando-se a nefasta ingerência política em seu interior.

No âmbito político, os professores presenciaram o retorno de um sindicalismo autônomo, classista e de luta. A participação da APUB-SSIND no congresso do ANDES pautou-se pelo debate travado nas assembleias preparatórias. Findo o Congresso, a diretoria tem implementado as deliberações da instância máxima de nosso sindicato nacional, tais como a construção do Dia Nacional de Luta e Paralisação contra o PLP 09/99 (08/04). Tudo isto tem contribuído para que a APUB-SSIND tenha voltado a ser uma referência na Bahia, tanto para o movimento sindical, quanto para a universidade, a exemplo do ocorrido no episódio HUPES/FBC.

Esta postura combativa do sindicato se faz ainda mais necessária em uma conjuntura em que há um assombroso avanço do imperialismo norte-americano, consubstanciado no massacre contra o Iraque. A reação fez-se sentir de imediato, nas vigorosas manifestações pela paz em todo o mundo. Entretanto, mesmo antes da invasão, um vento inconformista soprava por toda a América Latina na forma de repúdio às reformas liberais e à ALCA. No Brasil, a comprovação do fracasso das políticas neoliberais foi canalizada para a eleição de Lula, numa sinalização de que a população está farta da ditadura do mercado. No entanto, os primeiros movimentos do governo, quer sejam, aumento da taxa básica de juros e do superávit primário, compromisso com o FMI de aprovar o PL9, reajuste de 1% aos servidores públicos, demonstram o aprofundamento da política anterior. Neste cenário, somente a autonomia sindical pode garantir a defesa do projeto histórico dos trabalhadores.

## Terceiro mandato Governo promete aprovar PLC 9/99 ao FM

**Compromisso foi formalizado na carta de intenções de fevereiro.**

O governo quer ver o Projeto de Lei Complementar nº 9/99 (PLC 9/99) aprovado até junho, apesar de afirmar, aos quatro ventos, que ainda não possui um projeto de reforma da Previdência. De fato, a proposta é herança da Era FHC e se resume ao PLC 9/99, que cria fundos de pensão privados para os servidores públicos, sepultando o direito à aposentadoria integral dos futuros servidores.

A promessa de aprovação do PLC 9/99 está endereçada ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e consta da Carta de Intenções assinada em 28/02. "A votação do projeto de Lei Complementar regulando a aposentadoria complementar do setor público (PL9) continua entre as prioridades e fará parte das reformas da previdência", diz o documento.

**Muita Ousadia** - "Nem FHC ousou tanto". Assim Luís Filgueiras, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, resumiu a indignação dos servidores com o governo Lula, que datou a reforma e formalizou a sua intenção. A frase foi proferida durante debate sobre o tema, realizado em 8/04, na Reitoria, pela Coordenação Estadual de Entidades de SPFs. Para Filgueiras, o governo Lula faz uma aposta errada, ao radicalizar as propostas neoliberais para, num segundo momento, implantar o seu projeto.

"O governo prometeu que não ia quebrar os contratos firmados com o FMI e com o capital especulativo firmados por FHC. Não podemos admitir que quebre os contratos firmados com os servidores, que fizeram concurso e trabalham há 1, 5, 23 ou 30 na perspectiva de se aposentar com proventos integrais", conclama o professor.

**Direito adquirido** - Embora a emenda constitucional aprovada no governo passado assegure que o sistema complementar é opcional para os atuais servidores, tudo leva a crer que haverá pressão para que os atuais servidores

Foto: Ricardo I



adiram ao sistema. O alerta é do advogado André Sturaro, professor de direito previdenciário, que integrou a mesa do debate do dia 8. "Os servidores vão contar com o agravante de terem se tornado categoria em extinção, já que os novos servidores já entrarão no serviço público sem direito à aposentadoria integral e integrados ao sistema de aposentadoria complementar", afirmou. Sturaro alertou os servidores sobre a necessidade constante de mobilização sobre o assunto e defendeu uma reforma verdadeira da previdência, que restaure caráter solidário e social.

## FIQUE DE OLHO

Informar-se é essencial para garantir debate qualitativo e o rechaçamento de argumentos falaciosos do governo. Na APUB, você encontra uma série de textos sobre o tema. Visite-nos em [www.apub.org.br/debprevi.htm](http://www.apub.org.br/debprevi.htm)

## NESTA EDIÇÃO

- Congresso pode aprovar privatização dos HUS
- Novas tabelas salariais

# O congresso que não ocorreu

O Congresso Estadual da CUT-BA, previsto para os dias 17, 18 e 19 de abril, e tendo conseguido mobilizar em torno de 900 delegados de todo o estado, simplesmente não aconteceu. Após o atraso de 24 horas no credenciamento, a única atividade realizada foi a plenária de abertura, servindo de palco para os parlamentares. A disputa entre as duas correntes sindicais majoritárias da CUT (Articulação e Corrente Sindical Classista), ambas defendendo um certo atrelamento da central sindical ao governo Lula, polarizou em torno da presidência da CUT-BA. Em função disto, as correntes acusaram-se mutuamente de fraudes na realização de assembleias e até mesmo no credenciamento realizado por empresa privada.

Este CECUT deveria centrar sua

discussão política sobre a independência e autonomia da CUT diante do governo, análise da conjuntura internacional e sua repercussão sobre a classe trabalhadora, o combate às reformas pautadas pelo capital (Previdenciária, Trabalhista e Tributária), a defesa da Reforma Agrária e a organização do movimento sindical.

Apesar dos três dias de intensas discussões particulares, no interior das correntes, sobre a composição da direção da CUT, o congresso foi suspenso na última hora do último dia previsto para seu acontecimento. Hoje não temos direção da CUT na Bahia e não sabemos quando será o próximo congresso. A única certeza é que a direção da CUT deverá intervir na CUT-BA visando regularizar essa bizarra situação.

# Projeto representa quebra de contrato

O PLC 9/99 pretende regulamentar a Emenda Constitucional 9/99, da Reforma da Previdência, aprovada em 1998. O texto segue a cartilha do Banco Mundial e do FMI e beneficia somente o capital financeiro especulativo. De resto, traz apenas prejuízos. O Estado sofre com aumento de gastos, despesas e perda de receita. Os servidores perdem direitos. O contribuinte paga a conta do período de transição, já que o Estado vai deixar de recolher parte significativa das contribuições dos servidores, mas vai continuar pagando a aposentadoria integral aos atuais aposentados. Mal-elaborado tecnicamente, o PL é inconstitucional e deixa margens a diversas regulamentações posteriores, ao bel prazer dos governantes de plantão, o que pode resultar em novas perdas de direitos dos servidores no futuro. Em suma, visa apenas transferir o significativo aporte de recursos das contribuições dos servidores para bancos e seguradoras, privatizando a previdência dos servidores. "O PL-9 desrespeita completamente o contrato firmado entre o Estado e seus trabalhadores e, em sua confusa redação, não traz uma linha sequer sobre a gestão dos planos de aposentadoria complementar que pretende criar para os servidores", alerta a auditora fiscal Maria Lúcia Fattorelli. Para ela, os servidores também ficam à mercê dos humores do mercado quanto à aplicação dos recursos das contribuições recolhidas, já que sabem quanto vão recolher para a previdência complementar, mas não sabem quanto vão e se vão receber os benefícios. A história está cheia de exemplos de fundos de pensão que quebraram: CAPEMI, GBOEX,

Mongeral etc, cita.

O modelo de capitalização foi implementado em vários países da América Latina e comprovaram ser desastre. Os exemplos mais emblemáticos são Chile e Argentina. Neste último, o déficit previdenciário saltou de US\$ 891 milhões para US\$ 6,7 bilhões em sete anos, por causa da reforma.

## Apenas a mobilização garante arquivamento

O PLC 9/99 foi enviado ao Congresso Nacional em março de 1999, governo FHC. Já foi aprovado pela Câmara, que ainda precisa apreciar. Destaques de Votação em Separação (DVS) apresentados pelo PT, PCdoB e PDT. Se o governo mudar sua tramitação, basta os líderes bancadas desses partidos retirarem destaques apresentados para que seja declarado definitivamente aprovado pela Câmara. O projeto, então, vai para o Senado, onde já há acordo de liderança para sua aprovação. Depois, reafirmação apenas a sanção ou o veto presidencial. Ou seja: somente uma mobilização dos servidores, que alcance a opinião pública de maneira veemente, barrar o processo e levar ao arquivamento do PLC 9/99.

## Últimas notícias:

O governo enviou no dia 30/5 Projeto de Lei que incorpora a proposta PL9 e incorpora também a previdência dos atuais servidores. O projeto precisa continuar a luta contra a reforma privatizante da Previdência.



## EXPEDIENTE

Boletim Informativo da Associação dos Professores Universitários da Bahia - APUB- Ssind. Presidência: Antônio da Silva Câmara. Vice-presidência: Ângela Maria de Carvalho Pontes. Secretária-geral: Eduardo Borges dos Reis. Diretoria Financeira: Wilma Cova. Diretoria Administrativa: Virgínia Chaves. Diretoria de Relações Sindicais: Paulo Balanco. Diretoria Acadêmica: Luis Felipe Perret Serpa. Diretoria Cultural: José Antonio Saja Neves dos Santos. Diretoria Social: Betty Mallin. Diretoria de Divulgação: Lana Bleicher. Diretoria de 1o e 2o graus: Maria Inês Marques. Diretores Suplentes: Arthur Matos Neto, José Petronílio Cedraz, Menandro Ramos, Maria da Graça Druck de Faria. Editora: Lana Bleicher. Projeto Gráfico: Menandro Ramos. Jornalista Responsável: Ivone Pinto (DRT-BA 1578). R. Padre Feijó, 49 - Canela, Cep. 40110-170 - Salvador - BA, Telefax: (071) 235-7433 / 235-7286 / 235-7914. apub@apub.org.br - Site: www.apub.org.br - APUB SAÚDE: 331-4387 / 331-4388. Tiragem: 3.000 exemplares.

## O que significa o PL 9/99 ?

Quebra de contrato com os servidores públicos

Privatização da previdência dos servidores públicos

Transferência de poupança pública para o setor privado

Extinção de direitos dos servidores públicos

Aumento das despesas e gastos estatais.

## Traição

# Reforma de Lula reedita inconstitucionalidade

Fim da aposentadoria integral, a criação de fundos de pensão e taxação dos aposentados em 11%. Ao fechamento desta edição, o governo apresentou à mídia as bases de "sua" proposta de "reforma" da Previdência. As medidas foram fruto de acordo com os governadores de estado, após reunião que durou um dia inteiro. Os servidores, principais interessados e prejudicados, não foram sequer ouvidos. Também no desrespeito, o governo Lula reedita FHC.

Segundo anunciando, será criado um teto de aposentadoria para os servidores, idêntico ao do regime geral do INSS, este acordado em R\$ 2.000,00 (equivalente a 10 salários mínimos). Quem quiser ganhar mais, deve contribuir com um fundo de pensão sem fins lucrativos. Os atuais aposentados que ganham acima do limite de isenção do Imposto de Renda (hoje R\$ 1.058) voltam a contribuir para a Previdência, com alíquota única de 11%. Serão criadas medidas para dificultar a concessão de aposentadoria antes dos 55 anos para mulheres e 60 anos para homens. As pensões de viúvas e dependentes ficam limitadas a 70% do salário do servidor.

## Supremo veta contribuição de aposentados

O Supremo Tribunal Federal (STF) já declarou a inconstitucionalidade da cobrança de contribuição previdenciária dos servidores aposentados. "O entendimento do STF sobre a cobrança dos inativos não mudou. A Constituição é a mesma.", declarou o presidente do STF, Marco Aurélio de Melo, algumas semanas antes do anúncio do governo. Para ele, a ótica do tribunal só muda se for aprovada emenda constitucional. "O servidor inativo terá de pagar uma contribuição para receber um benefício no além? Ele já pagou para ter direito ao benefício quando se aposentasse", complementou o ministro.

Não foi apenas o STF quem condenou a cobrança, em setembro de 1999, quando declarou inconstitucional a Lei nº 9.783/99, que previa alíquotas progressivas (11% a 25%), cobradas de acordo com a faixa de proventos. Em diversas oportunidades, o governo anterior tentou aprovar a medida no Congresso, mas partidos de oposição e parlamentares em geral refutaram as propostas.

Foto: Menandro Ramos



## Participantes do XXII Congresso do ANDES-SN manifestam-se contra o PL9 nas ruas de Teresina

Durante o XXII Congresso do ANDES-SN, ocorrido em Teresina-PI, de 8 a 13 de março, os professores reafirmaram a autonomia do movimento docente perante o governo e apontaram a necessidade de lutar contra quaisquer reformas que venham a subtrair direitos dos trabalhadores. Dessa forma, foi aprovado o indicativo de greve contra a tramitação do

PL-09, com 216 votos favoráveis, 29 contrários e 23 abstenções. Em seguida à votação, foi realizada uma passeata contra a privatização da Previdência, contando com a participação de mais de 400 pessoas entre professores, estudantes da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e integrantes do acampamento "Nossa Esperança" do Movimento dos Sem Terra.

## Projeto de lei autoriza privatização dos Hospitais Universitários



Urge a mobilização da comunidade universitária em defesa dos Hospitais Universitários (HUs) vinculados às universidades públicas e dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Congresso Nacional está na iminência de aprovar um projeto de lei (PLS 449/99) que visa privatizá-los. De autoria do senador Lúcio Alcântara, o texto faculta aos HUs captar recursos provenientes das internações e admite diferença de padrões de hotelaria entre pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) e privados. O PL permite que os hospitais destinem até 25% de seus leitos a quem puder pagar por eles.

Se aprovado, o conteúdo do projeto fere mortalmente princípios do SUS, que, a muito custo, os movimentos sociais incluíram na Constituição de 88: universalidade, equidade e resolutividade dos serviços de saúde.

O PLS 449/99 já foi aprovado no Senado, de onde é oriundo. Mas ainda é possível barrá-lo na Câmara de Deputados. Para tanto, é necessária a mobilização das entidades e movimentos sociais verdadeiramente comprometidos com o caráter público do SUS e do compromisso de cada docente com a

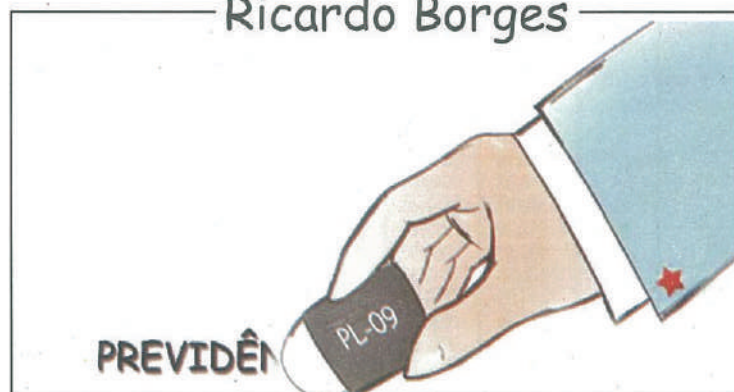
causa, independentemente da área atuação na Universidade. Os HUs patrimônio público!

**Descompromisso - No Termo Acordo que pôs fim à greve Universidades Federais de 2000** Ministério da Educação comprometeu a estabelecer mesa negociação e grupos de trabalho dentre as quais a que trataria dos 1 Foi um dos inúmeros pontos acordo não cumpridos pelo governo. O ANDES está enviando esse para retomar debate oficial sobre tema junto ao governo. A íntegra PLS 499/99 pode ser acessada no da APUB.

## Docentes recebem expurgos do FGTS

Filiados da APUB que acioram a jus através do sindicato, começam a receber os expurgos do FGTS relativos aos Planos Verão (42,72%) e Collor (22,33%), e de uma só vez. A Assessoria Jurídica da entidade não aconselha a opção pelo acordo extrajudicial do governo para quem mais de R\$ 2 mil a receber.

## Ricardo Borges



Informes

 **APUB**

# Reajuste de 1% é uma indignidade!

Perplexidade entre os servidores públicos: a equipe econômica anunciou o índice de revisão geral dos salários dos servidores federais para 2003: 1% de reajuste, retroativo a janeiro, mais abono de R\$ 59,87 em 1º/05. Pior, o governo manipula esses números, para fazer crer que houve correção de tabelas e aumento real de salários que

chegam pouco mais de 13%. Ignora, ainda, as estruturas da tabelas, organizadas em níveis e steps de acordo com a ascensão da carreira. Confira a nova tabela dos professores, constante do site oficial do servidor. Mas atenção: até o fechamento desta edição, a MP que oficializa o resjuste ainda não fora publicada.



DOCENTE COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA PROFESSOR MAGISTÉRIO SUPERIOR COM MESTRADO Posição: Dez/02

1 = % linear jan/03

CLASSE	NÍVEL	VENC. BÁSICO	GAE	GED 140 Pontos	TOTAL	GED 84 Pontos	TOTAL	P/ MAIO/03 GRAT. FIXA = R\$ 59,87			
								GED 140 Pontos		GED 84 Pontos	
								Total	% aum.	Total	% aum.
TITULAR	U	1.181,98	1.891,17	942,20	4.015,35	565,32	3.638,47	4.115,37	2,49	3.734,72	2,65
ADJUNTO	4	973,25	1.557,20	942,20	3.472,65	565,32	3.095,77	3.567,25	2,72	3.186,60	2,93
	3	933,24	1.493,18	942,20	3.368,62	565,32	2.991,74	3.462,18	2,78	3.081,53	3,00
	2	893,83	1.430,13	942,20	3.266,16	565,32	2.889,28	3.358,69	2,83	2.978,04	3,07
	1	855,36	1.368,58	942,20	3.166,14	565,32	2.789,26	3.257,67	2,89	2.877,02	3,15
ASSISTENTE	4	785,39	1.256,62	942,20	2.984,21	565,32	2.607,33	3.073,93	3,01	2.693,28	3,30
	3	752,11	1.203,38	942,20	2.897,69	565,32	2.520,81	2.986,53	3,07	2.605,88	3,38
	2	721,31	1.154,10	942,20	2.817,61	565,32	2.440,73	2.905,65	3,12	2.525,00	3,45
	1	692,25	1.107,60	942,20	2.742,05	565,32	2.365,17	2.829,34	3,18	2.448,69	3,53
AUXILIAR	4	638,89	1.022,22	431,20	2.092,31	258,72	1.919,83	2.173,11	3,86	1.998,90	4,12
	3	612,99	980,78	431,20	2.024,97	258,72	1.852,49	2.105,09	3,96	1.930,89	4,23
	2	588,65	941,84	431,20	1.961,69	258,72	1.789,21	2.041,18	4,05	1.866,97	4,35
	1	565,50	904,80	431,20	1.901,50	258,72	1.729,02	1.980,39	4,15	1.806,18	4,46

PROFESSOR MAGISTÉRIO DE MAGISTÉRIO 1º E 2º GRAUS COM MESTRADO

Posição: Dez/02

1 = % linear jan/03

CLASSE	NÍVEL	VENC. BÁSICO	GAE	GID 80 Pontos	TOTAL	GID 48 Pontos	TOTAL	P/ MAIO/03 GRAT. FIXA = R\$ 59,87			
								GID 80 Pontos		GID 48 Pontos	
								Total	% aum.	Total	% aum.
TITULAR	U	1.093,41	1.749,46	942,40	3.785,27	565,32	3.048,19	3.882,99	2,58	3.502,14	2,76
E	4	925,63	1.481,01	942,40	3.349,04	565,32	2.971,96	3.442,40	2,79	3.061,55	3,01
	3	886,49	1.418,38	942,40	3.247,27	565,32	2.870,19	3.339,62	2,84	2.958,77	3,09
	2	849,08	1.358,53	942,40	3.150,01	565,32	2.772,93	3.241,38	2,90	2.860,53	3,16
	1	812,51	1.300,02	942,40	3.054,93	565,32	2.677,85	3.145,35	2,96	2.764,49	3,24
D	4	752,91	1.204,66	942,40	2.899,97	565,32	2.522,89	2.988,84	3,06	2.607,98	3,37
	3	726,64	1.162,62	942,40	2.831,66	565,32	2.454,58	2.919,85	3,11	2.539,00	3,44
	2	712,04	1.139,26	942,40	2.793,70	565,32	2.416,62	2.881,51	3,14	2.500,66	3,48
	1	698,94	1.118,30	942,40	2.759,64	565,32	2.382,56	2.847,11	3,17	2.466,26	3,51
C	4	689,61	1.103,38	942,40	2.735,39	565,32	2.358,31	2.822,61	3,19	2.441,76	3,54
	3	677,20	1.083,52	942,40	2.703,12	565,32	2.326,04	2.790,02	3,21	2.409,17	3,57
	2	665,15	1.064,24	942,40	2.671,79	565,32	2.294,71	2.758,38	3,24	2.377,53	3,61
	1	655,63	1.049,01	942,40	2.647,04	565,32	2.269,96	2.733,38	3,26	2.352,53	3,64
B	4	535,91	857,46	942,40	2.335,77	565,32	1.958,69	2.418,99	3,56	2.038,14	4,06
	3	512,39	819,82	942,40	2.274,61	565,32	1.897,53	2.357,23	3,63	1.976,38	4,16
	2	490,19	784,30	942,40	2.216,89	565,32	1.839,81	2.296,93	3,70	1.918,08	4,25
	1	468,46	749,54	942,40	2.160,40	565,32	1.783,32	2.241,87	3,77	1.861,02	4,36
A	4	444,35	710,96	942,40	2.097,71	565,32	1.720,63	2.178,56	3,85	1.797,71	4,48
	3	425,19	680,30	942,40	2.047,89	565,32	1.670,81	2.128,24	3,92	1.747,39	4,58
	2	407,01	651,22	942,40	2.000,63	565,32	1.623,55	2.080,50	3,99	1.699,65	4,69
	1	391,73	626,77	942,40	1.960,90	565,32	1.583,82	2.040,38	4,05	1.659,53	4,78

Fonte: [http://www.andes.org.br/tabelas\\_salariais\\_2003](http://www.andes.org.br/tabelas_salariais_2003)